

Alexandre Herculano e a polémica de Ourique Anticlericalismo e iconoclastia

Alexandre Herculano, hoje

Falar de Alexandre Herculano (1810-1877) no ano em que se comemora o 2º centenário do seu nascimento é também trazer para primeiro plano categorias e mecanismos como os da memória e do esquecimento. Referência maior da historiografia portuguesa ainda em vida, cidadão profundamente empenhado na vida pública e amante da liberdade, homem de letras, romancista, poeta e referência moral para várias gerações de portugueses pelo seu modo de ser e de estar, objecto de importantes trabalhos que nos deram a conhecer aspectos da sua vida, percursos e obra¹, a figura de

Edições citadas dos *Opúsculos*: I, 5ª ed., s/d; II, 1ª ed., 1873; III, 3ª ed., s/d.

¹ Sem pretensão de exaustividade, aqui se apontam algumas dessas obras de referência (apenas livros): Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, 2 vols, Lisboa, Bertrand, 1978 (referimos esta obra ímpar sobre Herculano em primeiro lugar porque originalmente correspondeu à dissertação de doutoramento de Nemésio, apresentada em 1934); António Borges Coelho, Alexandre Herculano, Lisboa, Editorial Presença, 1965; Joaquim Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Lisboa, Seara Nova, 1971; António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977; Joaquim Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977; João Medina, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Terra Livre, 1977; Cândido Beirante, *Herculano em Vale de Lobos*, Santarém, Ed. da Junta Distrital, 1977; Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa Bertrand, 1980; referência ainda para os importantes "Prefácio" de José Mattoso à edição da *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. VII-LII, e "Introdução" de Jorge Borges de Macedo à *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1975, pp. XI-CXXXIV, Harry Bernstein, *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1983, e ainda os ciclos de conferências *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo. Ciclo de Conferências*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, e *Alexandre Herculano. Ciclo de Conferências comemorativas do 1 Centenário da sua morte 1877-1977*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1979.

Herculano foi, imperceptivelmente, ficando envolta numa certa e inegável obscuridade.

Evocar, a este propósito, a dimensão das comemorações ocorridas precisamente há cem anos, com os cortejos de rua reunindo milhares de pessoas e o forte significado simbólico das cerimónias de homenagem no Terreiro do Paço, perante o Parlamento, bem como a romagem ao seu túmulo no Mosteiro dos Jerónimos é, pelo contraste com as acções públicas de 2010, deveras significante e merecedor de uma reflexão. Também por isso, a iniciativa de visitar a figura e a obra de Alexandre Herculano pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto se reveste, a meu ver, de um importante significado.

A polémica em Herculano

Partiremos de uma reflexão breve sobre a polémica em Herculano uma vez que, por um lado, é esse o suporte e o “meio” em que se desenvolve o confronto ideológico que nos ocupará e, por outro, é consabido o “lugar” que a polémica, enquanto modelo de inserção na vida pública no século XIX, teve na estruturação do perfil e da acção de Herculano.

Na verdade, a polémica – e em muitas se envolveu – é para Alexandre Herculano o espaço em que se evidencia de forma mais clara o sentido cívico que preside à sua actuação e vivência de cidadão empenhado. Várias vezes se tem dito e escrito que, de certo modo, Herculano se perdeu nessas “guerrilhas”, como ele próprio lhes chamou, desviando-se de outros trabalhos mais importantes. Mas elas podem ser vistas, sob outra perspectiva, não como factor de dispersão, mas como momentos indissociáveis da sua imagem e do modo de encarar a sociedade, o facto público e a própria concepção de cidadania². Borges de Macedo sublinha essa dimensão do seu perfil, ao enfatizar que “para Herculano, a vida é uma luta onde o homem se esforça por se exprimir e sobreviver, não de um modo arbitrário mas guiado por regras morais que escolhe e, com toda a liberdade, segue”. Não é pois de estranhar que a sua vida seja uma tensão constante, e que “tenha formulado a maior parte das suas ideias em polémicas”. Acrescenta Borges de Macedo que Herculano se define muito em função do outro, “em contraste, em choque, em divergência”, tornando-se as causas ou motivações externas essenciais à fundamentação do seu “eu” e das suas posições. É, em suma, na

² Sobre Herculano polemista, v. Óscar Lopes “Reflexões sobre Herculano como polemista”, in *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do I Centenário da sua morte. 1877-1977*, Porto, 1979, pp.45-68; Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980.

sua “dimensão de polemista que aparece, com mais riqueza e autenticidade, a plenitude da sua complexa personalidade”³.

Numa mesma ordem de ideias, Oliveira Martins sustenta que é como polemista que o estilo da escrita de Herculano mais se distingue, pela simultânea concisão, clareza e tensão da sua linguagem:

“Duas palavras agora acerca do escritor. Obras de três naturezas diversas nos revelam pelo estilo três fisionomias distintas. A primeira, oficial e grave, são os seus trabalhos históricos. A segunda são os seus romances e escritos humorísticos. Na terceira, finalmente, em nossa opinião a mais bela: nos escritos de polemista, a frase rotunda é quente, a agressão é viva, as palavras têm calor, e a dureza do génio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independência que a enobrecem. Ouve-se a voz do estóico, e há uma harmonia perfeita entre o pensamento profundo, grave e forte e o estilo redondo, sóbrio e nobre”⁴.

Em carta ao Duque de Palmela, em Dezembro de 1868, já no seu retiro de Vale de Lobos, Herculano definia de modo singular essa capacidade de intervenção, devida não a uma acribia cultivada, mas a uma necessidade constitutiva e vital de intervir na sociedade: “Quanto ao país, e às minhas profecias, acredite que o contrário do ditado ninguém é profeta na sua terra é que é verdade. Na nossa terra, onde temos obrigação de conhecer os homens e as coisas, é que possuímos elementos para prever o futuro”⁵.

É através da polémica – e em várias e de vários tipos se viu envolvido ao longo da sua vida – que Herculano mais claramente mostrou a sua atenção ao tempo e a importância que para ele revestia a “circunstância” das grandes questões suas contemporâneas. É esse o sentido da “Advertencia Previa” ao primeiro volume dos *Opúsculos*, publicado em 1873, em que o historiador demonstra a consciência do “império da circunstância” em parte significativa da sua obra, assumindo-a como vivência inevitável:

“Os escriptos aqui reunidos, os quaes, na sua maior parte, foram inspirados por impressões momentaneas, perderam o interesse que lhes provinha das circunstancias que os provocaram; mas, ainda assim, podem ficar como marcos milliarios que ajudem a assignalar as luctas e o progresso das idéas em Portugal no decurso de mais de trinta annos. [...] A demasiada vivacidade, a talvez exagerada energia com que frequentemente ahi são expostas e defendidas taes e taes idéas e combatidas outras, revelam a indole impetuosa mas sincera de quem escreveu essas paginas”⁶.

³ Jorge Borges de Macedo, *op.cit.*, pp.29, 30 e 33.

⁴ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Liv. 6, cap. I, 3, Lisboa, Guimaraes Edit., p. 254.

⁵ Alexandre Herculano, carta datada de 24 de Dezembro de 1868, ao Duque de Palmela, in *Cartas de Vale de Lobos ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos*, prefácio e notas de Vitorino Nemésio, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 18. Sublinhado do autor.

⁶ Idem, “Advertencia Previa”, in *Opúsculos*, I, pp.XIII-XIV.

Uma vez que “o homem imprime necessariamente em todos os actos da vida as condições do seu ser”⁷, porque a crença é factor estruturante do homem como indivíduo e cidadão, existe em Herculano uma particular veemência e uma entrega total na defesa dos seus pontos de vista, uma capacidade de proximidade das questões, o que lhe permite exercer a crítica, mas uma simultânea distanciação no julgamento. Se no início da sua primeira carta a Maggesi Tavares, um dos seus antagonistas na polémica de Ourique, afirmava não ser “dos menos sujeitos a ceder às vezes aos impulsos da vivacidade”⁸, é porque justamente ele tinha uma noção quase sagrada da intervenção pública como materialização do dever cívico, em que o exercício da liberdade se entrelaça com a exteriorização de uma atitude moral. O seu conceito de cidadania é totalizante porque tende para a exclusividade. Como escreveu em 1858, “Só ha uma cousa nas obras humanas que tenha em si mesmo a sua causa final; é a arte. Tudo o mais tem por objecto a sociedade ou o individuo”⁹.

Alexandre Herculano em 1846: textos e contextos

Em 1846, data que assinala o início da publicação de uma incompleta *História de Portugal*, a que se seguiriam novos volumes em 1847, 1850 e 1853, Herculano, aos 36 anos de idade, era, em termos públicos, uma figura já conhecida e prestigiada, sob o ponto de vista literário e de homem público. A publicação da *História de Portugal* e outras iniciativas importantes e pioneiras no campo da historiografia dar-lhe-iam também, de forma definitiva, o estatuto de criador da historiografia científica em Portugal, mas também de polemista. Evoquemos, de forma breve e avulsa, alguns dos momentos da sua intervenção como homem de letras, intelectual e cidadão empenhado que lhe deram a visibilidade de que gozava já quando publicou o 1º volume da *História de Portugal*: a publicação, em 1837, do poema *A Voz do Profeta*, uma das suas várias tomadas de posição contra o radicalismo da esquerda liberal, após a Revolução de Setembro; a sua participação na revista semanal, de orientação enciclopédica e generosos objectivos, em que coexistia a publicação de romances históricos com a divulgação de técnicas agrícolas e outros conhecimentos úteis, *O Panorama*, que surge também em 1837, da qual Herculano se tornou redactor principal; a publicação, entre 1838 e 1844, de obras como a *A Harpa do Crente* (1838), as *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), que davam já bem conta dos caminhos da sua investigação histórica, a primeira versão do romance histórico *O Bobo*,

⁷ Idem, “Introdução” a *A Voz do Profeta*, in *Opúsculos*, I, p.15.

⁸ Idem, *Solemnia Verba*, I, p.3.

⁹ Idem, “Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino ao Partido Liberal Português”, in *Opúsculos*, II, p.332.

bem como os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais* (1843), *O Pároco de Aldeia e Eurico*, o *Presbítero* (1844), em que Herculano faz a experiência de um género então – como agora – em voga: o romance histórico, em que pontificavam Walter Scott e Victor Hugo, de que foi o introdutor em Portugal.

Sob o ponto de vista político, num país fracturado entre obediências antagónicas representadas por D. Pedro IV e D. Miguel, que havia de redundar em funesta e sangrenta guerra civil, Herculano, muito jovem ainda, em 1831, alistou-se nas tropas liberais e participou no cerco do Porto, com Almeida Garrett, Joaquim António de Aguiar e outras figuras gradas do liberalismo. A essa resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro se deveu, em grande medida, o triunfo do ideário liberal em Portugal. Mas foi também nesta altura que Herculano fez outra experiência fundamental, sob o ponto de vista pessoal e político, mas também intelectual, comum a tantos outros que comungavam o ideário liberal – a experiência do exílio, em Inglaterra e França (Plymouth, Jersey, depois França). Experiência que lhe permitiu contactar de perto com a tão diversa realidade política inglesa, mas também os grandes nomes da historiografia e do romantismo francês, como Thierry ou Vitor Hugo. Como observa Luís Reis Torgal, o exílio não foi uma realidade exclusivamente nacional, por um lado, nem em Portugal aconteceu apenas no século XIX; “mas é no século XIX que a experiência do desterro ganha novos contornos em Portugal, com o combate revolucionário e ideológico entre o absolutismo e o liberalismo e, depois, com a defesa das convicções políticas liberais”. Os exilados foram alguns milhares¹⁰, mas as experiências mais conhecidas e melhor estudadas são as literárias, sobretudo os exílios de Garrett e Herculano, “porque despertaram em Portugal a inovação cultural romântica”¹¹.

Em 1833, a apetência pelas letras e os livros, e o rigor de que já então dava provas, levaram-no a ser convidado para as funções de coadjutor do Director da Biblioteca Pública do Porto. Também aqui a dimensão cívica do seu modo de estar se tornou patente, pois Herculano havia de pedir a exoneração em 1836, ao ser-lhe exigido, para continuar no cargo, jurar a Constituição de 1822, quando ele era fiel à Carta Constitucional, mais conservadora, de 1826, outorgada por D. Pedro IV e não redigida e votada em cortes. Em 1837, contudo, assumiu a redacção do *Diário do Governo* e, em 1839 foi nomeado, por iniciativa de D. Fernando II, Director da Real Biblioteca da Ajuda e das Necessidades, cargo que conservou quase até ao fim da vida. Em 1844,

¹⁰ V., por exemplo, o quadro relativo aos exilados da Corunha e Ferrol para Plymouth, em 1828, publicado por Luz Soriano e reproduzido na *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 80.

¹¹ Luís Reis Torgal, *História de Portugal*, vol. V, cit., p. 78.

pouco antes de publicar o 1º volume da *História de Portugal*, Herculano tornava-se sócio correspondente da Academia Real das Ciências, uma das mais prestigiadas instituições de cultura do país¹². E em Março de 1846, com Almeida Garrett e largas dezenas de outras destacadas figuras das letras e da vida portuguesa, fundava o Grémio Literário, em Lisboa, do qual foi sócio nº1¹³. Nesse mesmo ano, por impulso da acção cultural reformadora de Garrett e o apoio de D. Fernando II, era inaugurado, no Rossio, o Teatro Nacional de D. Maria II.

Portanto, ao publicar, nesse ano culturalmente marcante de 1846, o primeiro volume da *História de Portugal*, Alexandre Herculano era, indubitavelmente, uma figura pública. Perante a sua própria obra, que agora era lançada, Herculano mostrava-se consciente das implicações e dos problemas que esse ambicioso e inovador projecto poderia suscitar. A breve “Advertência” de que fazia anteceder a obra era muito clara a tal respeito: “Não ignoro o risco da situação em que me coloquei” Herculano abdicava expressamente da sua apresentação¹⁴ e de um mais ou menos desenvolvido resumo de intenções, para se situar num plano de enunciação de princípios, em que expunha o que entendia ser o exercício da história, manifesto ou “profissão de fé” do que procurou ensaiar na sua obra, cujas virtudes e defeitos a posteridade se encarregaria de apontar.

E contudo, a possível expectativa de Herculano perante um debate científico em torno de uma obra que se apresentava como um dado novo no âmbito da historiografia nacional gorar-se-ia de forma evidente. Com efeito, a questão que iria polarizar atenções e dar forma a uma polémica em que - embora de forma relutante - Herculano veio a empenhar-se, foi, precisamente, a questão de Ourique. Herculano remetera para a discrição de uma breve nota a apreciação da lenda. Recordemos a célebre e lacónica nota 16 da *História de Portugal*:

“Discutir todas as fábulas que se prendem à jornada de Ourique fora processo infinito. A da aparição de Cristo ao príncipe antes da batalha estriba-se em um documento tão mal forjado que o menos instruído aluno de diplomática o rejeitará como falso ao primeiro aspecto”.¹⁵

¹² Em 1852 tornou-se seu sócio efectivo, e em 1855 vice-presidente da Academia.

¹³ Por carta régia de 18 de Abril de 1846, a rainha D. Maria II aprovava os Estatutos do Grémio Literário, da autoria de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Sobre o Grémio Literário, v. o estudo de José-Augusto França, *O Grémio Literário e a sua História*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

¹⁴ “Advertência”, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo I, prefácio e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 19.

¹⁵ Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. I, ed. citada, p. 658.

Ao proceder desta forma, Herculano encerrava a questão à luz da história, mas desencadeava um debate que, embora viesse a ter outros enfoques e motivos, apresentava como emblema o milagre e a tradição fundadora. Tanto no conjunto dos textos que constituem a sua intervenção na polémica, em 1850 e 1851, como mais tarde, em 1876, nas palavras com que faz anteceder a sua publicação nos *Opúsculos*, o historiador deixava transparecer o desencanto pela dimensão atingida por uma questão menor, que impedira e se sobrepusera a um possível debate sobre os problemas efectivamente importantes que a sua obra levantara.

Herculano face à polémica de Ourique. Intervenção e leitura

Não pretendemos descrever aqui os passos principais desta controvérsia, cujo estudo detalhado efectuámos em trabalho já publicado¹⁶. Interessá-nos, sim, compreender a atitude e posicionamento de Herculano perante a questão pública que se levantou, mas também procurar vê-la de um ponto de vista que não é só o do grande historiador, mas o dos seus adversários, que foi tradicionalmente deixado na sombra; ou seja, procuraremos sublinhar a insólita recorrência de uma representação colectiva das origens que, por motivos de vária ordem, alcançava ainda uma particular ressonância no século XIX. Na realidade, o que emerge como significativo, em termos de uma apreciação global, é a existência, em pleno século XIX, de duas “verdades” possíveis face ao aparelho lendário de Ourique, ou seja, a *possibilidade conceptual* de uma efectiva polémica sobre a historicidade e a validade da tradição da aparição de Cristo a Afonso Henriques nos alvares da nacionalidade. Se a polémica cedo revestiu contornos marcadamente ideológicos, o seu ponto de partida incontestável - e que até ao fim não deixou de integrá-la - foi a questão da tradição fundadora e, por parte dos seus defensores, a necessidade de a conservar, mesmo independentemente da historicidade do facto - em virtude do que consideravam ser a sua utilidade social - contra a crítica “dissolvente” de Herculano.

É evidente que, no conjunto dos textos dos opositores de Herculano nesta controvérsia, que podemos balizar entre os anos de 1846 e 1857, existem interferências de problemas concorrentes, em que avulta o violento antagonismo entre o historiador e parte do clero. A sua intervenção na polémica atingiria um empenhamento pessoal indiscutível, mas decorrente de parâmetros que, na sua origem, pouco tinham a ver com o problema primitivo do milagre. Na realidade, ela polarizou-se essencialmente naquilo que o historiador considerava ser a denúncia do avanço reaccionário em

¹⁶ Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.

Portugal que utilizava como “bandeira”, circunstancialmente, a questão do milagre de Ourique. Este diagnóstico, de que nunca abdicou, foi a razão que o levou a intervir e constituiu o fio condutor da sua intervenção pública. A questão de Ourique será pois, para Herculano, acima de tudo a questão do clero. A denúncia, por vezes violenta e incisiva - dimensão tornada emblemática pelo seu primeiro opúsculo publicado em 1850, o famoso *Eu e o Clero* - de uma situação que, ultrapassando a esfera da história, se inscrevia no movimento de recuperação reaccionária que nos anos cinquenta pontificava na Europa situa-se, em Herculano, ao nível da obrigação moral e cívica, como de resto sucede na generalidade dos seus escritos polémicos e de circunstância.

Observarmos a cronologia da intervenção de Herculano, com um silêncio que se prolonga de 1846, data da publicação da obra e do aparecimento do primeiro opúsculo, o de Magessi Tavares, até à sua primeira e desafiante intervenção – *Eu e o Clero*, publicado em 1850, é perceber que Herculano, inegavelmente, quis “deixar cair” a questão. E isto por dois principais motivos: a irrelevância que, do seu ponto de vista, o assunto revestia, mas também o respeito pela liberdade de imprensa, como chegou a escrever. Mas com a publicação de *Eu e o Clero*, a questão passou a escândalo público e cristalizaria aquela que seria a leitura e a interpretação que Herculano fez da polémica: se à luz da história o milagre não tinha sustentação, as razões para o ataque de que fora alvo eram outras.

Desta forma, a questão de Ourique será para Herculano, acima de tudo a questão do clero - leitura que se tornou dominante, em particular com a historiografia republicana, que acabou por recolher a carga e a vibração anti-clerical e anti-jesuítica da intervenção de Herculano – de um Herculano, não esqueçamos, educado pelos oratorianos do Pe. António Pereira de Figueiredo, inimigos e concorrentes dos Jesuítas desde Pombal. Joel Serrão defende, aliás nesta linha, a longínqua mas directa filiação do anticlericalismo da 1ª República em Alexandre Herculano. Esta imagem viu-se ainda reforçada ainda com a publicação, entre 1854 e 1859, dos três volumes da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* obra que, segundo as próprias palavras de Herculano, tinha uma clara intenção política – e até panfletária - como assumia, em 1863, no “Prefácio” da terceira edição da *História de Portugal*.

E no entanto – algo que tem sido, por vezes, “rasurado” porque parece chocar com a imagem do Herculano ferozmente anti-clerical, mas não anti-religioso, realidades bem diferentes e por vezes erroneamente assimiladas¹⁷

¹⁷ Ana Isabel Buescu, “Crença, religião e história: reflexões sobre o anti-clericalismo de Alexandre Herculano”, *Revista de História Económica e Social*, nº15, 1985, pp.71-81.

-, no âmago do seu pensamento esteve sempre a aliança entre a *religião e a liberdade*, sonho tão caro a Herculano e a certo pensamento romântico e liberal, patente em tantas intervenções e tantos dos seus escritos, como as *Cenas de um ano da minha vida*, *Os Egressos*, *As Freiras do Lorvão*, *A Voz do Profeta*, *O Clero Português*, onde escrevia “*ai dos que abominam a Cruz, porque a cruz é eterna!*”, opúsculo que ele próprio acabaria por retirar de circulação¹⁸. Neste último escrito, Herculano resumia a sua avaliação relativamente ao clero, ao defender que “*era necessária uma reforma e não uma aniquilação*”¹⁹. Aliás, esta íntima relação expressa-se quer na crítica ao catolicismo tridentino, cujo carácter absolutista Herculano verberava, quer à vertente anti-religiosa do liberalismo, em particular o Setembrismo, que ignorava esse laço para ele indissolúvel.

A intervenção de Herculano nesta polémica é composta por um conjunto de cinco textos publicados sob a forma de opúsculos, entre Junho de 1850 e Março de 1851, precisamente no período em que o debate atingiu maior intensidade. São eles:

- 1 - *Eu e o Clero*. Carta ao Emmo. Cardeal-Patriarcha, de 30 de Junho de 1850;
- 2 - *Considerações pacíficas sobre o opusculo 'Eu e o Clero'*. Carta ao redactor do periódico 'A Nação', de 25 de Julho;
- 3 - *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Bibliothecario da mesma Academia, Auctor do Elogio Necrológico, da Justa desaffronta em defesa, e de varias obras ineditas. Por um moribundo*, de 8 de Outubro;
- 4 - *Solemnia Verba*. Cartas ao Senhor A .L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero, de 20 de Outubro e de 6 de Novembro;
- 5 - *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*. Carta ao redactor da *Semana*, de 5 de Março de 1851.

Como facto público que foi, a polémica encontrou também larga projecção na imprensa da época, particularmente no ano de 1850, em que Herculano iniciou a sua intervenção. Desde o jornal legitimista *A Nação*, a *A Revolução de Setembro*, ou a *O Patriota*, muitos foram os periódicos que nas suas colunas se fizeram eco da questão. Verificou-se mesmo o caso da publicação de textos da polémica em alguns periódicos antes da sua saída em folheto, como as *Cartas* de Luís Augusto Rebello da Silva, publicadas n'*A Revolução de Setembro*, ou do texto de Herculano *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, publicada no jornal *A Semana*.

A sua atitude perante a contestação que ia evoluindo nos terrenos da imprensa tem de ser historicamente contextualizada num horizonte

¹⁸ Dai o opúsculo ter-se tonado raríssimo. V. Ana Isabel Buescu, *op.cit.*, p. 103 e nota 19.

¹⁹ Alexandre Herculano, *O Clero Português*, Lisboa, Typographia do Constitucional, 1841, p. 11.

largo, sob pena de não se entender cabalmente a mudança de atitude de Herculano. E o contexto próximo foi, sem dúvida, o da Revolução de 1848, as consequências e as inflexões políticas e ideológicas que se lhe seguiram, quer na Europa quer em Portugal. Para Herculano, nos anos cinquenta do século de Oitocentos, passado que fora o ímpeto revolucionário de 1848, o grande desafio que a sociedade liberal enfrentava era a reacção religiosa que, sob diversas formas e expressões, crescia então na Europa, ameaçando a religião e a liberdade. Em Portugal, Costa Cabral regressava ao poder, exercendo, embora atenuadamente, um poder repressivo, de que a “Lei das Rolhas”, limitando a liberdade de expressão, foi expressão emblemática, e contra a qual Herculano interveio prontamente. Em 1851 iniciava-se o movimento da Regeneração, liderado por Saldanha movimento que, como nota António José Saraiva, nascia já sob o signo da contra-revolução, após o “terror vermelho” que 1848 representara na Europa²⁰. Este gerara uma reacção generalizada com repercussões também em Portugal, de que Herculano dava conta no *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino ao Partido Liberal Português*, a propósito da introdução em Portugal das irmãs de caridade francesas²¹.

É neste contexto que temos de compreender Herculano e a sua actuação perante a polémica que se levantara em 1846, perante a qual, então, ele permanecera em silêncio. Mas não agora, quando se iniciava a década de cinquenta, no momento em que se encontrava já profundamente envolvido num outro projecto – a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Do seu ponto de vista cabia-lhe, como historiador, a missão de trazer à luz “os documentos incontestáveis de crimes que pareciam escondidos para sempre debaixo das lousas”²², explicando, à luz do exemplo do passado, os perigos do presente com o intuito de prevenir o futuro: assim nascia a sua história sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal, monumento histórico, documental e panfletário que trazia para primeiro plano, a uma luz nunca vista, os meandros que levaram à instalação em Portugal do tribunal da fé em 1536. Esta, pensamos, a causa imediata e o contexto que “obrigaram” Herculano, embora de forma relutante, a entrar numa polémica cujo enfoque central era a historicidade do milagre de Ourique.

²⁰ António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertand, 1977, p. 23. Sobre esta época, v. os estudos fundamentais de Maria de Fátima Bonifácio, *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 e *Uma História de Violência Política. Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

²¹ Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique*..., cit., pp. 99-100.

²² Alexandre Herculano, *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica. Carta ao redactor da Semana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 7.

Em 1851, no opúsculo *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, dirigido a José Diogo da Fonseca Pereira, Herculano refere-se à virulência do ataque do clero, em cuja impreparação e fanatismo o autor julgava encontrar a explicação para o problema que se levantou, e que mais não vinha do que confirmar a sua “crença na atrophia moral e intellectual da maioria do nosso clero”²³. Mas a questão ultrapassava largamente as fronteiras de uma controvérsia nacional para, a seus olhos, se erigir como sintoma da reacção ultramontana na Europa, cuja vaga de fundo era necessário travar. Para Herculano, o grande desafio que a sociedade liberal e o catolicismo enfrentavam na época era sem dúvida, o da reacção religiosa:

“Trata-se hoje de saber se a Europa catholica se ha de infeudar de novo às corrupções da curia romana com o seu cortejo de jesuítas de todos os formatos, de todas as idades e de todas as mascaras; com os seus titeres inquisitoriaes, com os seus Torquemadas em miniatura”²⁴.

Em 1876, na breve introdução que precede o primeiro Tomo das “Controversias e Estudos Historicos” (volume III dos *Opúsculos*), em que reuniu os seus textos sobre a questão de Ourique, Herculano referia-se-lhe em termos que resumem a avaliação feita daquela já distante controvérsia:

“Contem este volume diversos escriptos sobre duas questões historicas. A primeira, que se refere às tradições fabulosas acerca da batalha de Ourique, quasi que não tem valor algum à luz da sciencia. Expôr semelhantes tradições era, por assim dizer, refutá-las, e perante a historia tal refutação seria de sobra”²⁵.

A sua explicação era tão incisiva em 1876 como o fora no momento do debate: “Se a religião era estranha ao assumpto, ou antes ganhava na supressão de uma pia fraude, perdia com isso a maioria do sacerdocio, atarefada, hoje mais que nunca, em tecer a rede de suppostos milagres em que parece querer amortilhar o catholicismo”²⁶. Mais de vinte anos passados sobre a célebre contenda, Herculano mantinha o primitivo diagnóstico que fizera sobre as razões que a ela presidiram, agora confirmadas, a seus olhos, pelo próprio caminho que o catolicismo parecia seguir após a instituição do dogma da Imaculada Conceição (1854), a Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, e as resoluções do Vaticano I, em que pontificava a infalibilidade papal.

²³ *Ibidem*, p.4.

²⁴ *Ibidem*, p.5.

²⁵ Idem, *Opúsculos*, III, p.V.

²⁶ Idem, *ibidem*, p.VI.

Polémica, por essência, anacrónica? Foi-o de facto para Herculano, não naquilo que, a seus olhos, ela teve de essencial - como sintoma da reacção ultramontana e do que considerava o fanatismo clerical, facto moderno, permanente, actuante - mas no que envolvia, em termos de significado, a sua formulação primitiva - o milagre de Ourique. A este facto fica a dever-se, aliás, certa ambiguidade da sua posição, permanentemente dividida entre a tentação de “deixar cair” uma discussão a seus olhos irrelevante, e a premência obrigatória e inadiável da intervenção cívica. Polémica histórica e cientificamente estéril, como sempre a considerou, foi pela denúncia e pelo ascendente da componente anticlerical que Herculano veio a dar-lhe memória no contexto da sua obra, consagrando os textos da sua intervenção nos *Opúsculos*.²⁷

Ourique e a representação das origens : os “*Sete Sellos*” da “*arca Santa do Paiz*”

Como já tivemos ocasião de escrever, a leitura de Herculano não esgota a totalidade das implicações desta polémica. A maior perplexidade reside, justamente, na impossibilidade de circunscrevê-la na sua totalidade à “hipocrisia” e à feição reacçãoária com que Herculano julgava caracterizá-la em bloco. A polémica de Ourique não é, como tradicionalmente foi vista, na senda de Herculano e como refracção da sua leitura, apenas a questão do clero: ela vem também demonstrar que em meados do século XIX a tradição fundadora, longe de se apresentar meramente como pretexto de controvérsia, correspondia ainda a uma representação das origens, sem dúvida fortemente ideologizada e apropriada por círculos políticos bem determinados, por vezes integrada num discurso político retórico, mas ainda operatória. Lembremos, por exemplo, a frase escolhida para epígrafe pelo jornal legitimista *A Nação*, quando iniciou a sua publicação, em 1847, recolhida nas Cortes de Lamego, e a insistência em filiar a sua legitimidade nos campos de Ourique²⁸. E não deixa de ser significativo que, mesmo por parte de Herculano, para quem a polémica se definia pela vertente da questão religiosa, Ourique como questão histórica viesse a ser objecto, paradoxalmente, do texto porventura mais marcante, em termos doutrinários, da sua intervenção: os *Solemnia Verba*, que dirige a Maggessi Tavares em 1850.

²⁷ Com excepção das *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio...*, opúsculo inserido nas *Cartas*, Tomo I, todos os restantes textos seriam reunidos em 1876 por Herculano nos *Opúsculos*, Tomo III, I de “Controvérsias e Estudos Históricos”.

²⁸ O primeiro número de *A Nação* surge a 15 de Setembro de 1847. A filiação em Ourique e nas Cortes de Lamego, tomada como bandeira ideológica, é flagrante nos primeiros números, que constituem a apresentação do jornal e do seu posicionamento no espectro da imprensa, nomeadamente os n.ºs 1, 3, 4 e 6.

Na verdade, para os adversários de Herculano, Ourique continuava a representar, na sua dupla vertente de batalha grandiosa e da aparição de Cristo, como acentua Maggessi Tavares, “*a pedra angular em que repouzão os cimentos da Monarchia*”. E acrescenta:

“Muito era para desejar que a apparição do Campo d’Ourique, no começo quasi sobrenatural da Monarchia, fosse para nós o livro fechado a sete sellos, de que nos falla o Apocalypse, e não quizera que por forma alguma tentassem abri-lo, he a arca Santa do Paiz, tocar-lhe he mancha-la, porque objectos ha [...] que devem ficar alem da critica dos homens mais instruidos”.²⁹

A atitude do historiador, remetendo para discreta nota da *História de Portugal* a “*pia fraude*” da intervenção divina antes da batalha e reduzindo a sua lendária grandeza como confrontação militar, era afinal para os seus opositores um acto de *iconoclastia*, ou seja, que destruíra uma para eles incontestada e multissecular imagem das origens. Herculano vinha destituir de sentido uma *interpretação comum do passado*, a que a passagem dos séculos, a sua apropriação pela retórica política da monarquia e a sua incorporação no discurso cronístico e historiográfico viera conferir foros de verdade histórica e uma inegável *funcionalidade social*.

Esta questão está bem patente no opúsculo anónimo, publicado em 1850, mas que se sabe ser da autoria do então jovem Camilo Castelo Branco, *O Clero e o Sr. Alexandre Herculano*. Sem crisações e com alguma ironia, Camilo punha, por assim dizer, “o dedo na ferida”. Para Camilo, Ourique e o seu poder taumatúrgico não eram mais do que uma pia tradição perante a qual, no entanto, a sua posição entrava em conflito com a posição estritamente científica de Herculano. Considerando a expressão de Herculano, que no *Eu e o Clero* taxara o “*milagre absurdo e inútil do aparecimento do Cristo*”, Camilo afirmava que absurdo, ele era talvez, porque historicamente infundado, mas não inútil, porque era funcional, “*querido do povo, sempre apaixonado pelo maravilhoso*”, pertencendo à sua “*herança de crenças*” e, em suma, entrando no paradigma dos grandes mitos das nações, como o da “*passagem do mar vermelho*” ou “*a voz do Eterno no alto do Sinai*”.

A crença em Ourique significava o conhecimento que o povo, na generalidade, tinha da história pátria, e por isso, concluía, não deveria tocar-se numa convicção amada e que era, afinal, inofensiva:

“Afonso Henriques, prostrado em face de Cristo, recebendo alento do Céu para o desbarate de cinco reis mouros – é tudo o que o povo contava de história de oito séculos”.

²⁹ António Lúcio Maggessi Tavares, *Demonstração historica e documentada da apparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do Snr. Alexandre Herculano*, Lisboa, Imprensa Lusitana, 1846, p.9.

Não faremos aqui a minuciosa e por vezes complexa história textual que, ao longo dos séculos, foi edificando o episódio fundador, num coerente discurso que incorpora na narrativa das origens o aparecimento de Cristo e a vitória sobre os mouros, o “juramento” do primeiro rei, as cortes de Lamego, numa “constelação mítica”³⁰ relativa à monarquia portuguesa que, em gestação desde o século XV³¹, cristalizada no século XVI em torno do episódio fundador e sacralizador de Ourique³², culminaria no século XVII, antes da Restauração de 1640 e depois dela, como demonstram os trabalhos de João Francisco Marques, na utopia, messiânica e profética, do Quinto Império³³. Segundo esta, caberia à Nação Portuguesa, escolhida por Deus nos campos de Ourique para espalhar universalmente a fé cristã, como testemunhara Afonso Henriques no seu “Juramento”, erguer um império cristão onde para sempre a paz e a concórdia reinariam. Depois dos outros quatro grandes impérios que o mundo conheceu, o Quinto Império, cristão e beatífico, seria português.

No século XVIII encontramos, é certo, a posição crítica de um Luís António Verney, que no *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, em que o autor põe em causa a veracidade da aparição e a pertinência da tradição de Ourique³⁴, assim como casos, embora raros, em que é possível entrever as reservas que o episódio suscitava, para lá da sua legitimação oficial. Por exemplo, a *Verdade das histórias por questões problemáticas*

³⁰ Expressão de Vitorino Magalhães Godinho.

³¹ Luís Filipe Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3ª série, nº 1, 1957, pp. 168-215; Aires Augusto Nascimento, “O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4ª série, nº 2, 1978, pp. 365-374.

³² Sobre os itinerários da constituição do episódio “fundador” de Ourique e da sua função ideológica no âmbito da explicação das origens entre os séculos XV e XIX, v. Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in *A Memória da Nação*, Colóquio do GES, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (1987), Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 49-69; “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino”, in *Portugal: Mitos Revisitados. Da Fundação à Modernidade*, coord. Yvette K. Centeno, Lisboa, Edições Salamandra, 1993, pp. 11-50; “A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua Época* (Guimarães, Outubro de 1996), vol. 3, D. Afonso Henriques na História e na Arte, Guimarães, Câmara Municipal e Universidade do Minho, 1997, pp. 195-211.

³³ João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, 2 vols., Porto, INIC, 1986; *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, Pref. de Jean Delumeau, 2 vols., Porto, INIC, 1989; *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Organização, Introdução e Notas de João Francisco Marques, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2007; V. ainda o nosso estudo “‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal - da legitimidade de D. João IV”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 9/10, *Actas do Encontro sobre a Restauração e a sua Época*, 1993, pp. 169-188. Sobre o enraizamento da ideia do Quinto Império na sua articulação ideológica com o espírito de Cruzada, v. Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da Cruzada ao Quinto Império”, in *A Memória da Nação*, cit., pp. 81-165.

³⁴ A propósito das obras de carácter profético e messiânico do P. António Vieira. Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, T. I, Valença, 1746, pp. 206-208.

(1701) da autoria de Luís Nunes Tinoco, contador do Tribunal dos Contos do Reino, obra manuscrita de carácter sincrético que inventaria e discorre sobre mais de cem questões objecto de controvérsia entre vários autores, inclui entre elas a aparição de Cristo a Afonso Henriques.³⁵

Apesar disso, a tradição mantinha uma apreciável importância ideológica e uma vitalidade talvez surpreendentes. A *Relaçam verdadeira da apariçam de Christo Senhor Nosso, no Campo de Ourique, ao Santo Rey Dom Affonso Henriques, e da Batalha, em que venceo cinco Reis, e quatrocentos mil Mouros*, publicada em 1753, de Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Ofício, é a este respeito significativa. A *Relaçam verdadeira...* sintetizava, por um lado, os elementos essenciais da já secular tradição de Ourique e, por outro, reflectia os parâmetros da sua aceitação no século XVIII. Das três licenças que autorizavam a sua publicação, duas - a do Santo Ofício e a do Ordinário - incidiam, naturalmente, no facto de a *Relaçam* não conter “*cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes*”. A terceira licença, do Paço, justificava a aprovação no facto de o conteúdo da obra corresponder à celebração de “[...] *hum dos pontos mais certos e infallíveis da nossa Historia*”. Este parecer era da autoria de Filipe José da Gama, membro da Academia Real da História, dos Arcades de Roma e de várias sociedades literárias existentes no país, o que nos parece significativo, bem como o facto de emitir o parecer na sua qualidade de censor régio.

O caso da *Relaçam...* ilustra, aliás, o espaço que a elite erudita setecentista, através de alguns dos seus maiores nomes, concedeu ao milagre de Ourique na constituição da memória nacional. Apontem-se, como exemplo, os casos de Barbosa Machado na sua monumental *Bibliotheca Lusitana* (1741)³⁶, de António Caetano de Sousa no *Agiologio Lusitano* (1744)³⁷ e, mais significativo ainda, na *Historia Genealogica*, em cujo Tomo I (1735), no capítulo dedicado a Afonso Henriques, se veicula todo o aparelho lendário de Ourique³⁸, figurando o texto do “juramento” nas respectivas *Provas* (1739)³⁹,

³⁵ BGUC, cod. 345, Luís Nunes Tinoco, *Verdade das histórias por questões problemáticas. Em que se apontão as razões, que dão os Autores sobre varias opiniões de algũas cousas, que ou se tẽ por fabulosas, ou não ha de ellas certeza constante*, fols. 157-159.

³⁶ *Bibliotheca Lusitana*, T. I, artigo relativo a D. Afonso Henriques, Lisboa, 1741, pp. 11-15.

³⁷ O Tomo IV do *Agiologio Lusitano dos Santos, e varões illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, Lisboa, 1744, continuação da obra iniciada por Jorge Cardoso em 1652 consagra, na efeméride respeitante ao dia 25 de Julho, uma pormenorizadíssima referência ao episódio de Ourique (pp. 280-285), e o respectivo “*Commentario*” (pp. 289-301), que inclui o texto do juramento em latim e português, é uma sequência cerrada de autores nacionais e estrangeiros que referem o milagre de Ourique. Este conjunto de autoridades veiculado por António Caetano de Sousa seria, aliás, um dos argumentos mais invocados pelos defensores de Ourique na polémica que teria lugar com Herculano no século XIX.

³⁸ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. Tomo I, Coimbra, 1946, pp. 32-36.

³⁹ *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra, 1946, pp. 7-9.

do próprio Frei Manuel do Cenáculo nos *Cuidados Literários* (1791)⁴⁰, ou ainda de Tomás Caetano de Bem nas *Memórias históricas e chronologicas da sagrada religião dos clérigos regulares...* (1792)⁴¹.

“Razão” teria mais tarde o Pe. Francisco Recreio, o mais violento adversário de Herculano na polémica oitocentista quando, carreando “testemunhos” em favor da veracidade da aparição para poder fundamentá-la historicamente, invocava com particular ênfase o século XVIII que, como dizia, com uma acentuada “tendência para desmoronar o edificio das velhas crenças históricas”, não abatera, contudo, a tradição de Ourique...⁴². Uma tradição que deixara também, com alguma abundância, a partir do século XVI e sobretudo no contexto da Restauração, mas prolongando-se até ao próprio século XIX, documentos iconográficos de maior ou menor relevo, como é o caso de uma tela monumental pintada em Roma por Domingos Sequeira entre 1788 e 1795, descoberta já no século XX e hoje guardada, por acasos vários do destino, num castelo da Normandia.⁴³

O empenhamento indiscutível da erudição setecentista em sustentar o “monumento” de Ourique deve ser visto em articulação com a importância que a Igreja e o próprio poder político continuaram a conferir ao processo de canonização de Afonso Henriques, iniciado no reinado de D. João III, processo em que, no reinado de D. João V, e ainda no de D. José, D. João de Santa Maria de Jesus, cônego regular de Santa Cruz de Coimbra, assumiu notoriedade na sistematização de materiais tendentes a fundamentar um pedido⁴⁴ a que era dado um cunho público e nacional⁴⁵. Ainda no século

⁴⁰ *Cuidados Literários do Prelado de Beja em graça do seu Bispado*, artigo intitulado “Historia Ecclesiastica”, Lisboa, 1791, pp.361-401. Atribuída à sua autoria existe ainda uma obra constituída por uma pequena introdução de exaltação de Ourique e por sete estampas, intitulada Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades, Lisboa, 1813.

⁴¹ Tomás Caetano de Bem, *Memórias históricas e chronologicas da sagrada religião dos clérigos regulares em Portugal e suas conquistas, na Índia Oriental*, T. I, Lisboa, 1792, p.167.

⁴² P. Francisco Recreio, *A Batalha de Ourique e a Historia de Portugal de A.Herculano. Contraposição critico-historica*, Parte I, Lisboa, 1854, p.39.

⁴³ José Augusto-França, “O Milagre de Ourique” de D.A. de Sequeira, Póvoa do Varzim, 1989; a tela e o seu extraordinário percurso até ao Chateau d’Eu foram objecto de uma apresentação no Grémio Literário por José Augusto França, no âmbito das Comemorações dos 200 Anos do Nascimento de Alexandre Herculano promovidas por aquela agremiação cultural cujo sócio nº 1 foi Herculano, em Maio de 2010.

⁴⁴ Materiais que constam, nomeadamente, das suas obras *Fama Posthuma do Gloriosissimo Senhor Rey D.Afonso Henriques, primeiro Monarcha do Imperio Lusitano, com a noticia do estado da sua Canonização, e dos Quesitos sobre as acções do Senhor Rey D.Afonso Henriques em ordem à sua canonização* (1752). V. I.F. da Costa Brochado, “Tentativas de canonização de El-Rei D.Afonso Henriques”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, VIII, Lisboa, 1958, pp.307-337.

⁴⁵ Em edital público, não datado, publicado provavelmente em 1747, por ocasião da instrução do processo no reinado de D. João V, encimado por uma água-forte representando a aparição de Cristo a Afonso Henriques, pedia-se que “[...] toda a pessoa, q tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D.Afonso, ou de culto, respeito, veneração pública, ou particular, que se lhe tribute: ou tiver, ou souber de alguns livros não impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscritos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros,

XVIII o patriarca D. Tomás de Almeida solicita ao Papa Bento XIV a concessão ao clero português, em virtude da grande devoção em Portugal pelas Cinco Chagas de Cristo, do officio e missa das Cinco Chagas, existente desde 1733. Requeria-se ainda a concessão de um aditamento ao officio, na versão especialmente destinada a Portugal, de um texto referente ao aparecimento de Cristo a Afonso Henriques, numa explícita referência à relação que se considerava existir entre o milagre e a inscrição das cinco chagas no brasão nacional. Tanto o officio como o aditamento referente à aparição foram concedidos por Roma em 1753.⁴⁶

Já nos finais do século, o P.e António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, grande teórico do regalismo no tempo do marquês de Pombal, publica os *Novos Testemunhos da milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo d’Ourique, e Exemplos parallelos, que nos induzão à pia crença de tão portentoso caso* (1786)⁴⁷. Discurso porventura já defensivo na sua estrutura e na sua articulação, os *Novos Testemunhos...*, da autoria de um homem de grande prestígio intelectual, seriam objecto de ampla divulgação, e a sua importância na fundamentação da veracidade da aparição culminaria, aliás, no lugar de relevo que assumem na polémica oitocentista sobre o milagre.⁴⁸

q fallem do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigação, q todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q tiver, ou souber: o que cada hum poderá fazer comunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho; os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q se lhes derem, em ordem a se mandarem para Roma”. O exemplar consultado faz parte do cod.1520 da BGUC, maço contendo três itens: uma cópia dos cento e quarenta quesitos sobre os quais deveria assentar o processo de canonização, em latim, com o título *Conimbricensis canonizationis servi Dei Alphonsi Henrici, seu Henrichij primi Portugallie regis sancti nuncupati*, dos quais há vários outros manuscritos noutras bibliotecas (BNL, cod.572, 573, 742, 883; Biblioteca da Ajuda, 49-II-15, e várias no IAN/TT). O segundo item é uma obra manuscrita, em cuja capa se lê ter pertencido à Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Officiu propriu B.Alphonsi primi Lusitaniae regis*, 17 fols. não numerados. O terceiro é constituído pelo edital a que fizemos referência.

⁴⁶ Pode ver-se o texto do decreto que fez a concessão do officio para Portugal em 1753 em Dionízio António de Paiva, *Quintanário Meditativo, e Fervorosa supplica em louvor das cinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. Offerecido ao mesmo Senhor, e por Elle dadas, para Braçoens do seu imperio, ao Real Tronco Lusitano*, Lisboa, 1797. No século XIX, este aditamento será invocado por alguns defensores da aparição como testemunho coevo do milagre, da autoria de S. Bernardo de Claraval, e nessa medida considerado como uma das provas mais importantes do milagre. Sobre este equívoco, que Alexandre Herculano se apressará a desmontar no opúsculo *Eu e o Clero* (1850), v. Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique...*, já citado, pp.38-39.

⁴⁷ Este texto do P. António Pereira de Figueiredo é reeditado em 1809 com aditamentos, na Imprensa Régia, numa conjuntura bem específica e sob o título sugestivo de *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo de Ourique, publicada em 1786 por seu author o erudito P.Antonio Pereira de Figueiredo. Agora novamente accrescentada com o auto do juramento do mesmo rei em Latin e Portuguez, e com varias anotações e autoridades, que devem persuadir, e convencer a todos os fieis portuguezes da verdade de hum facto tão portentoso. Offerecida à Nação Portuguesa por hum dos seus mais verdadeiros Patriotas, para os animar e esforçar nas presentes circumstancias da guerra contra os inimigos da Religião e do Throno*.

⁴⁸ V. Ana Isabel Buescu, *op.cit.*, pp.83-90.

Podemos, portanto, entender porque é que os adversários de Herculano invocavam a autoridade da tradição, de uma tradição que lhe fora legada por uma transmissão multissécular, incorporada na representação da própria edificação e continuidade da monarquia. A tradição chegava, pois, praticamente “incólume” ao século XIX; neste contexto, é possível entender, em toda a sua carga significativa, os conteúdos do opúsculo que, em 1846, inaugurou a polémica: a *Demonstração histórica e documentada da aparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do Sr. Alexandre Herculano*, da autoria de António Lúcio Maggessi Tavares.

Voltando ao “corpo” da polémica, é evidente que as estratégias adoptadas pelos seus antagonistas diferem de caso para caso: da afirmação honesta e sincera de uma crença profundamente vivida, como é o caso de Maggessi Tavares ou de Fonseca Pereira, a quem não por acaso Herculano sempre tratou com urbanidade, ao discurso prolixo e verrinoso do P.e Francisco Recreio, admirador confesso do P.e Agostinho de Macedo, existe uma divergência iniludível na própria concepção da polémica, dos seus enfoques e dos limites em que ela se encerra. Mas o elemento aglutinador subsiste: a aparição de Cristo a Afonso Henriques constitui a pedra angular da monarquia portuguesa. E, mais do que isso, representa a explicitação modelar da intervenção divina no destino dos homens, o reconhecimento de um vínculo inexorável entre Deus e a história. Para eles, de facto, Ourique continua a ser - com base numa tradição que todos eles se empenham em demonstrar ser constante e contínua - o emblema da identidade da nação, identidade derivada do “*pacto feito entre o Rei coevo da Monarchia, e o Rei dos Reis*”.⁴⁹

A procura de uma análise crítica do passado, se é imprescindível ao estabelecimento da veracidade histórica, implica frequentemente a destruição de um passado até aí eficaz, porque “utilizável” como instrumento ideológico. No caso da tradição de Ourique é patente a validade da interpretação de Moses Finley, que enfatiza a tensão por vezes insolúvel entre a história e a funcionalidade social de um passado cuja única “veracidade” reside na sua incorporação no discurso ideológico. Afirmar Finley que a reflexão crítica pode destruir uma *interpretação comum* do passado e, nesse sentido, os laços sociais que cimentavam uma identificação comum com um passado que passa a ser *inutilizável*⁵⁰. Era justamente esta interpretação comum do passado que Herculano vinha destituir de sentido.

Se a posição de Herculano é, em termos críticos, obviamente incontestável, seria contudo interessante avaliar até que ponto a representação tradicional

⁴⁹ Antonio Lúcio Maggessi Tavares, *op.cit.*, p.2.

⁵⁰ Moses Finley, “La constitution des ancêtres”, in *Mythe, mémoire, histoire*, Paris, Flammarion, 1981, p.249.

das origens da nacionalidade manteve, para lá do momento da polémica, espaço de circulação. Do empenhamento de nomes cimeiros da erudição setecentista na defesa da veracidade da tradição, legitimando-a como parte integrante da memória nacional, à posição tornada emblemática por Herculano, uma mutação definitiva se operou. Como já foi observado, a questão de Ourique revela um facto incontestável: em termos de questão pública, esta controvérsia não polarizou a atenção nem o empenhamento da *intelligentsia* portuguesa⁵¹. Com efeito, e ressaltando a intervenção do historiador Rebello da Silva, que em 1850 sustentou a posição do historiador, tudo se jogou entre Herculano e alguns elementos civis e do clero, cujo perfil intelectual e público era pouco mais do que obscuro⁵². E, no entanto, a tradição parece manter uma vitalidade que ultrapassa a sua apropriação por parte de sectores do clero ou de círculos politicamente empenhados.

No monumental *Portugal Antigo e Moderno* por exemplo, obra enciclopédica em doze volumes publicada entre 1873 e 1890⁵³, o artigo dedicado a Ourique⁵⁴ continuava a contemplar a tradição do milagre, de forma aliás significativa. A sua estrutura, em que é simultaneamente visível uma postura defensiva e o esforço da imparcialidade, apresenta os argumentos contra e a favor da historicidade do milagre, mas termina com uma vibrante “profissão de fé” do autor na veracidade e validade da tradição fundadora:

“Expuz as opiniões pró e contra a batalha d’Ourique, e o milagre da visão ou aparição. Cada qual siga a que mais lhe agrada - só direi [em tipo maior] : Podem os sábios escrever livros, contra estes dois factos - tentem provar, muito embora que são embusteiros - o povo portuguez sempre fallará d’elles com orgulho; sempre terá por verdadeira e importantissima, a Batalha de Ourique - e por incontestavel a Apparição de Jesus Christo a D. Affonso Henriques”.⁵⁵

Exemplo cronologicamente anterior, mas não menos sugestivo, encontramos-lo nas palavras que antecedem um pequeno conto de Francisco Duarte de Almeida e Araújo⁵⁶ intitulado *A Batalha do Campo de Ourique*, publicado em 1854, na colecção “Livrinhos de ouro”, dirigida por António

⁵¹ Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, já citado, p.18.

⁵² Luís Augusto Rebello da Silva, *Cartas ao Sr. Ministro da Justiça, sobre o uso que faz do pulpito e da Imprensa uma fracção do Clero portuguez*, Lisboa, Typographia de Manoel José Mendes Leite, 1850.

⁵³ Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, 12 volumes, Lisboa, 1873-1890.

⁵⁴ *Portugal Antigo e Moderno*, vol.VI, Lisboa, 1875, pp.341-349; sobre a batalha e o milagre, pp.345-349.

⁵⁵ *Ibidem*, pp.348-349.

⁵⁶ Sobre a figura de Almeida e Araújo, v. *Dicc. Bibliographico*, Tomo II, p.371 e Tomo IX, pp.284-286.

Feliciano de Castilho, ele próprio com uma posição de certo modo ambígua, mas discreta, perante o milagre. Trata-se de um breve conto de estrutura romanesca, em que o confronto de Ourique surge essencialmente como cenário de um infeliz romance entre Fátima, jovem moura, e Sancho, “filho de um lidador do bravo Conde D. Henrique”. Nas páginas que o antecedem, em que o autor sustenta a necessidade em manter viva a crença em Ourique, é detectável a ressonância da polémica:

“Penetrar as eras remotas da antiguidade, para rasgar-lhe com temeraria mão os expessos véos que nol-as occultam agora às nosas vistas será talvez de genios; mas acatar as tradições, explicadas nas sagradas quinas da bandeira de Affonso Henriques, é dobrar o joelho ante a piedade dos nossos passados, avivar a fê que arrostou peitos portuguezes e temerarias empresas, é dar, como um santo relevo, ao symbolo que mil vezes nos tem conduzido à victoria”⁵⁷

Não se trata de um texto que tenha directamente a ver com a polémica, mas os seus conteúdos revelam a identidade de conceitos com todos aqueles que então se manifestavam contra Herculano: a defesa da tradição contínua e constante de Ourique, a um tempo sinónimo de patriotismo e fé, traduz uma concepção particular da pátria e da história - em suma, de um passado que, potenciando o futuro, nele se projecta, o explica e o promete. Crer em Ourique é, pois, manter “a esperança na infallibilidade das promessas da profecia que nos deu patria”⁵⁸. É justamente essa função ideológica, mas também afectiva, de legitimação de uma nacionalidade aparentemente “inexplicável”, que pode fazer compreender que, em pleno século XIX e mesmo para além dele, o milagre de Ourique tenha feito parte de um aparelho conceptual e ideológico dificilmente alienável.

É a este respeito significativo recordar o reacender da polémica em torno do episódio de Ourique nos anos vinte do século passado, questão que envolveu figuras como David Lopes, António Cabreira, o general Vitoriano José César, Tomás de Vilhena e Alfredo Pimenta, entre outros. Pela feição de síntese que apresenta, poderemos destacar o livro de António Cabreira, *O milagre de Ourique e as Cortes de Lamego*, Lisboa, 1925, obra cujo texto tem como ponto de partida uma comunicação apresentada a 11 de Junho de 1925 à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa com o título de “Probabilidade histórica do Milagre de Ourique e das Cortes de Lamego”. E uma análise dos livros de leitura e manuais até aos anos 60 do século XX é também reveladora, para além de uma geral mitificação dos heróis, da permanência e do uso ideológico do “mito das origens” consubstanciado no episódio fundador de Ourique.⁵⁹

⁵⁷ Francisco Duarte de Almeida e Araújo, *A Batalha do Campo de Ourique*, 1854, p.7.

⁵⁸ *Ibidem*, p.10.

⁵⁹ V. Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História nos cursos dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Concluindo. O envolvimento de Herculano na polémica originada pela publicação, em 1846, do 1º volume da sua *História de Portugal*, contribuiu de forma decisiva para fixar a imagem de um Herculano anti-clerical, a que se associou a de homem “ímpio” e anti-religioso ou, pelo menos, desdenhoso das coisas da religião. Esta identificação foi fomentada quer por adversários, quer por uma leitura mais apressada dos seus textos e intervenções públicas. A sua visão do catolicismo tridentino ou do Iluminismo, a defesa, num quadro ideológico romântico e liberal, da religião como princípio da liberdade, ou a sua distância, mais tarde, perante a “Geração de 70”, demonstram que o anti-clericalismo de Herculano tem como correlato a afirmação inequívoca da crença religiosa, e do catolicismo como “rede de afectos” indispensável à coesão social. Mas o fio condutor explicativo para Herculano, no contexto histórico, político e ideológico em que se jogou este debate foi, sem dúvida, o da instrumentalização ideológica, por parte do clero, da tradição fundadora, com finalidades, do seu ponto de vista, bem precisas.

Ourique e a representação das origens da nacionalidade, o clero e a reacção religiosa na sociedade portuguesa de Oitocentos são os dois pólos que estruturam esta polémica em que Herculano particularmente se empenhou. Como tantas outras intervenções públicas, também esta deixa transparecer um “modo de estar” que singulariza, em definitivo, a figura de Alexandre Herculano: a aguda percepção da obrigação cívica, a história como mestra do presente, o papel fundamental do uso da imprensa, o exercício da cidadania e da liberdade: questões que são, afinal, inseparáveis da explicitação do seu pensamento e indissociáveis da sua concepção de homem de letras e de cidadão. Valores para recordarmos no momento em que se comemoram os 200 anos do nascimento desta figura singular da vida e da cultura portuguesas.